D089

"Não sou contra as
cartilhas de Alfabetização"

GAMA

PAULO FREIRE:

"NÃO SOU CONTRA AS CARTILHAS DE ALFABETIZAÇÃO"

O autor do famoso método de alfabetização explica a sua posição em relação às cartilhas e diz como, na sua opinião, devem ser os livros didáticos para o ensino da escrita e da leitura.

Depoimento a Oswaldo Coimbra



Foto de Alice Hatton

Paulo Freire, em 1963, coordenou uma campanha nacional de alfabetização. Preso em 64, viveu 15 anos no exílio. Durante este período, seu método de alfabetização foi aplicado em vários países. Por seu trabalho, recebeu títulos honorários de universidades estrangeiras e o prêmio internacional de Educação da Unesco.

"Imagine um operário chegando, depois de uma jornada macha de trabalho, na sala de aula e tendo que repetir no meio da noite: 'Eva viu a uva. A ave é do Ivo. Iva vai na roça'." Este convite à imaginação é feito por Carlos Rodrigues Brandão no seu livro O que É o Método Paulo Freire. Com ele, Brandão pretende mostrar o quanto o uso da cartilha contraria os propósitos do metodo de alfabetização criado por Paulo Freire e que se caracteriza pela valorização do universo cultural dos educandos. No entanto, foi baseada no Método Paulo Freire que a professora Luiza Teodoro criou a Cartilha da Ana e do Zé, que já alfabetizou mais de 350 mil crianças no Ceará, como ela própria reconhece. Na cartilha de Luiza há palavras ligadas à realidade da criança nordestina, à qual ela é dirigida. Estas palavras servem, segundo a autora, para estimular a criança a pensar e a formar uma consciência crítica da sua realidade, exatamente o que Paulo Freire busca com o seu método. Existiria, então, uma ponte entre o método Paulo Freire e algum tipo de cartilha como esta, regionalizada, de Luiza Teodoro? Esta pergunta foi feita ao próprio Paulo Freire. A seguir, o que ele respondeu:

"No começo das minhas pesquisas, na década de 50, eu adotei uma posição crítica em relação às cartilhas e levantei até mesmo a possibilidade de os educandos se alfabetizarem sem elas. Havia analisado todas as cartilhas que pude conseguir, usadas para alfabetizar crianças e adultos, no Brasil e em outros países latino-americanos e hispânicos. Eu as estudei minuciosamente e apenas um dos problemas que encontrei já era suficiente para me colocar numa posição radical, embora não sectária, contra elas. O problema era o seguinte: as cartilhas apresentavam palavras e frases que ele ou ela, autor ou autora, sem nenhuma pesquisa sobre o universo vocabular dos seus educandos, considerava como as melhores para o aprendizado da leitura e da escrita. Essa escolha de palavras e frases era feita a partir das necessidades fonéticas da Língua Portuguesa e não levava em conta a relação que estas palavras tinham com a vida dos alunos.

"As cartilhas apresentavam palavras e frases sem nenhuma pesquisa sobre o vocabulário dos educandos"

A realidade vivida pelo aluno nunca contava

"Vamos admitir, como exemplo, que em certo momento a autora, trabalhando em sua biblioteca, se defrontava com a questão da consoante **v**. Então, era o **v** que ela queria introduzir no aprendizado do seu aluno, associado a uma vogal. Aí, imediatamente, batia na cabeça dela uma frase maravilhosa que possibilitaria ao educando o domínio do **v** junto com as vogais. A frase, naturalmente, era *Eva viu a uva*. Nela tem-se o **v** em *Eva*, o **v** em *viu*, e o **v** em *uva*. Acontece que este critério de escolha de palavras — que leva em consideração apenas os sons consonantais e vogais a serem ensinados — é absurdo.

Na cartilha, tudo já estava feito pelo autor

"De um lado, é verdade, não se pode dispensar estes sons no trabalho de alfabetização. Mas, de outro, só se pode procurar estes sons em palavras que tenham ligação com a vida dos educandos, com a região em que eles moram e até mesmo com a classe social a que eles pertencem. Este foi um dos problemas que encontrei nas cartilhas. O outro: tudo já estava feito pelo autor, na cartilha. Ele não só escolhia as palavras e as frases que iam entrar na cartilha e, portanto, nos cursos de alfabetização, mas ainda decompunha ele próprio as palavras em suas sílabas e, depois, fazia a combinação fonética delas. Resumindo: ao educando só cabia memorizar mecanicamente todo esse exercício que o autor ou a autora da cartilha realizava para ele. Ora, no meu trabalho como alfabetizador, eu partia de uma posição contrária a tudo isso. Eu dizia que o educador devia ➪

transformar o ato de ensinar alguma coisa para alguém num ato de conhecer alguma coisa com alguém. Ensinar, para mim, é conhecer com.

"Esses eram os problemas que eu encontrava nas cartilhas e que me faziam fugir delas. O resultado das experiências de ensino que fiz sem as cartilhas, naquela época, foram bons. Mas, em pouco tempo, descobri que era preciso começar a oferecer ao alfabetizando aquilo que, então, chamei de material de apoio. Quando eu e o grupo de pessoas que trabalhava comigo estávamos pensando em como organizar estes materiais de apoio aconteceu o golpe militar de 1964. Depois, não foi mais possível fazer isto no Brasil.

Um material bem diferente das cartilhas tradicionais

"Portanto, é esta, em poucas palavras, a minha posição a respeito desta questão, já há algum tempo: sou contra qualquer material (não apenas de alfabetização, mas também de pós-alfabetização) que sirva para a domesticação do educando. E sou inteiramente a favor da existência de material de apoio, útil ao crescimento do educando. Todo processo de alfabetização deveria, desde o seu começo, ter uma preocupação com a criação destes materiais. Alguns destes materiais de apoio para os cursos de alfabetização foram criados nas experiências de ensino de que participei na África: os Cadernos de Cultura. Há diversas diferenças entre os Cadernos de Cultura e a cartilha tradicional. Primeiro, as palavras que estão nos cadernos foram pesquisadas entre o povo e não escolhidas apenas pelo autor. Depois, nos cadernos há espaços para que os educandos formem as suas próprias palavras. Além disso, é só entre a 4.ª e a 6.ª palavra que começam a aparecer algumas palavras decompostas. Hoje, a própria equipe que dirijo em São Paulo, a Veredas, está elaborando uma série de materiais de apoio para a alfabetização e pós-alfabetização.

"Os educadores do Centro-Sul pensam saber quais são as necessidades que há lá pelo Nordeste"

Os nordestinos têm de ler os recados do Centro-Sul

"A posição que eu assumo, hoje, em relação às cartilhas, me leva a um outro aspecto desta questão. Este aspecto é o seguinte: considero como cientificamente absurda e politicamente autoritária a imposição do uso de um único texto de alfabetização, produzido numa determinada região, em todas as outras regiões do país. Em todos os países onde vi esta universalização de material didático e de conteúdos programaticos, ela sempre foi feita a partir da região onde estava instalado o centro do poder político e econômico. Assim como no Brasil, onde esses materiais e conteúdos são escolhidos pelos educadores do Centro-Sul do país, o centro do poder. Então, o nordestino lá no Maranhão, em Pernambuco, no Piauí, tem de ler os recados que estes educadores do Centro-Sul mandam. E estes educadores pensam que sabem quais são as necessidades que há por lá.

As peculiaridades regionais precisam estar nos cursos

"É verdade que, num país como o Brasil, não se pode abrir mão de temas fundamentais para o país inteiro, que têm de estar nos textos didáticos. Por exemplo, a gente, hoje, tem de discutir a Constituição e a Constituinte. Mas, ao lado disto, tem-se de compreender as diferenças regionais do país. Os educadores das diferentes regiões têm que ser chamados e o povo tem de ser ouvido. Digo isto não por ser nordestino, mas porque sou um homem que pensa."